

O desenho na representação do espaço rural e urbano: contribuições para o ensino da Geografia

Dibujar en la representación del espacio rural y urbano: aportes a la enseñanza de la Geografía

Barbara Silva Alves de Lima
Universidade Estadual Paulista – UNESP
Rio Claro – São Paulo – Brasil
Vitor Machado
Universidade Estadual Paulista – UNESP
Bauru – São Paulo – Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar as concepções dos estudantes a respeito do espaço geográfico, em especial o espaço rural e urbano e suas relações. Como instrumento metodológico, utilizamos o desenho, tal metodologia envolveu estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, de uma escola pública estadual, da periferia de um município localizado na região centro-oeste paulista. Tomando como base o conteúdo curricular relativo ao espaço agrário brasileiro, foi solicitado aos estudantes que expressassem, por meio de desenhos, suas concepções acerca do espaço rural e urbano. O estudo mostrou a importância do desenho ao proporcionar um diagnóstico sobre o entendimento dos estudantes acerca de tais espaços, possibilitando o desenvolvimento estratégico dos conteúdos a serem ensinados.

Palavras-chave: Desenho em Geografia; Ensino de Geografia; Espaço rural e urbano.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo identificar y analizar las concepciones de los estudiantes sobre el espacio geográfico, especialmente el espacio rural y urbano y sus relaciones. Como instrumento metodológico se utilizó el diseño, dicha metodología involucró a estudiantes del 7º año de la Escuela Primaria Anos Finales, de una escuela pública estatal, de la periferia de un municipio ubicado en la región centro-oeste de São Paulo. A partir de los contenidos curriculares relacionados con el espacio agrario brasileño, se pidió a los estudiantes que expresaran, a través de dibujos, sus concepciones sobre el espacio rural y urbano. El estudio mostró la importancia del dibujo a la hora de brindar un diagnóstico sobre la comprensión de los estudiantes de dichos espacios, lo que permite el desarrollo estratégico de los contenidos a impartir.

Palabras-clave: Dibujo en Geografía. Enseñanza de la geografía. Espacio rural y urbano.

Introdução

Esta pesquisaⁱ buscou identificar as concepções prévias de estudantes, do 7º ano do Ensino Fundamental anos finais, a respeito do espaço geográfico, em especial, o rural e o urbano, por meio da confecção de desenhos elaborados por eles. Tornando possível direcionar o planejamento de conteúdos voltados a questão agrária nas aulas de Geografia.

Explorar a questão agrária brasileira, baseada em uma concepção histórica e dialéticaⁱⁱ da formação do espaço geográfico, é romper com paradigmas que não priorizam a importância dos processos histórico-geográficos que determinam a formação e organização social dos espaços rurais e urbanos. Além disso, diagnosticar previamente o conhecimento dos alunos permite ao professor realizar um planejamento mais adequado, em relação à temática do conteúdo curricular que se pretende trabalhar.

Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa utilizamos o desenho como instrumento metodológicoⁱⁱⁱ, para a coleta dos dados analisados. A escolha de tal método foi pautada na busca constante da contextualização crítica do conhecimento em Geografia.

Assim, inspirados nas ideias de Derdyk (2010), de que o desenho representa um conjunto de conteúdos e mensagens externadas no papel, buscamos compreender as concepções dos estudantes sobre os espaços rural e urbano, para análise posterior sobre quais elementos estariam relacionados aos respectivos desenhos e a relação estabelecida por eles entre os espaços desenhados. Segundo a autora:

O desenho, bem como o sonho, pode participar de dois níveis de leitura: podemos detectar o “conteúdo manifesto” do desenho, que seriam as imagens ali presentes no papel; e o “conteúdo latente”, que trata das mensagens subliminares, escondidinhas também ali no papel. (Derdyk, 2010, p.51).

O estudo de Paganelli (1998) aponta a relação histórica do desenho com a Geografia, utilizado para registro e estudo através de croquis, no traçado de rotas, nas anotações das paisagens. Ele foi incorporado ao processo de aprendizagem de tal disciplina, auxiliando-a no desenvolvimento de noções cartográficas e, principalmente, contribuindo para o aluno reconhecer os espaços geográficos que estão em constante disputa.

O desenho nessa tradição geográfica envolve uma relação cognitiva e corporal com os elementos/objetos do espaço através do olhar-ver, do gesto, do traço, da atenção ao conjunto e aos detalhes, em um movimento do corpo e do pensamento, entre a observação e a apreensão de um todo em suas linhas gerais formando uma estrutura, a abstração e a análise, pelo isolamento de

elementos selecionados, e a elaboração de uma síntese na composição do conjunto pelo traçado no papel. (MIRANDA, 2005, p. 56)

O desenho no ensino de Geografia, não deve ser entendido somente como instrumento técnico, com fins apenas para a construção e conhecimento de mapas, mas também deve servir para se identificar o sentido dos elementos desenhados (MOREIRA, 2005). Ao ser utilizado como ponto de partida, para uma posterior construção ou ressignificação do conhecimento, é possível apontá-lo como um importante instrumento de avaliação diagnóstica, conforme se estabeleceu neste trabalho, colaborando significativamente para a futura ação pedagógica do professor.

Desta forma, ter solicitado aos alunos que desenhassem o espaço urbano e rural, proporcionou-lhes intensa reflexão em torno das características que definem tanto as distinções como as semelhanças de ambos os espaços.

O método descrito foi desenvolvido com 62 estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais - entre doze e treze anos de idade, pertencentes a 3 turmas, de uma escola pública estadual, situada na periferia da cidade de Bauru, a qual está localizada na região centro-oeste do estado de São Paulo. Tais turmas estão respectivamente mencionadas nesta pesquisa como: Turma 1, Turma 2 e Turma 3.

O conteúdo curricular que orientou todo o trabalho aqui desenvolvido se intitula “O espaço agrário e a questão da terra” (SÃO PAULO, 2012) e consta como último tema do quarto bimestre letivo, para o 7º ano do Ensino Fundamental anos finais.

Como resultado da análise dos desenhos, a pesquisa revelou que os estudantes são marcados por uma concepção urbanocêntrica de espaço. Além disso, apresentam claramente uma visão dicotômica entre os espaços rural e urbano evidenciando, inclusive, a falta de conhecimento em relação à organização e funcionalidade social da terra.

O espaço rural e urbano: discussões preliminares

Para compreendermos o uso do desenho como um importante instrumento metodológico que pode ser adotado no ensino da Geografia, partimos da concepção de que a dinâmica do espaço e o modo como se dá a manifestação das relações do ser humano sobre o meio, são os principais objetos de estudo da Geografia.

Nesse contexto, é elementar à Geografia o domínio do conhecimento espacial no processo de construção do espaço como, [...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não (SANTOS, 2008, p. 46).

A dinâmica evidenciada por Santos (2008) é temporal e dialética, na medida em que o espaço se transforma, de acordo com as relações sociais estabelecidas em cada período histórico da humanidade.

A forma como devemos entender o espaço e suas contradições, proporciona a reflexão sobre os ensejos de cada sociedade ao longo do tempo. Isso significa que “[...] a incorporação da dialética como método de investigação, tem permitido que a Geografia recupere a visão do todo”. (OLIVEIRA, 1994, p.140)

Santos (2006) chama-nos a atenção para a análise do espaço evidenciando que ele

[...] não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos. Sem dúvida, as formas são importantes. Essa materialidade sobrevive aos modos de produção que lhe deram origem ou aos momentos desses modos de produção. (SANTOS, 2006, p. 68).

Ao relacionar os objetos materiais aos modos de produção, Santos (2006) propõe que uma análise do espaço deve partir do contexto social histórico no qual cada sociedade, em períodos do passado, foi materializando as transformações da natureza, de acordo com suas técnicas, construindo e organizando o espaço presente. Para o autor “[...] o espaço humano é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social” (SANTOS, 2006, p.70).

Desta forma, ao pensarmos dialeticamente a noção de espaço, corroboramos com o entendimento de que

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas - tornadas assim formas-conteúdo - podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço. (SANTOS, 2006, p. 69)

A evolução do espaço é sempre marcada pelo movimento social de seu tempo, pois o processo de produção da existência humana é um fenômeno histórico e economicamente determinado, cuja sobrevivência da humanidade só se tornou possível pela inevitabilidade

do ser humano em transformar a natureza para atender suas necessidades materiais (MARX, 2013).

Para Moreira (2009), ao entrar em contato com os objetos de trabalho, sucessivamente, as sociedades criaram conhecimentos e saberes que, relacionados com a prática cotidiana, evoluíram, dialeticamente, numa práxis^{iv}. Ao fazer essa análise, o autor avança na definição da Geografia como uma ciência que surge através da relação do ser humano com o meio.

A incorporação progressiva de áreas de práticas e saberes novos a essa práxis, favorecendo o aumento do raio de escala das comparações, generalizações e sistematizações do conhecimento empírico leva a abstração a galgar níveis crescentes de universalidade cuja consequência é a transformação dos saberes na ciência geográfica. (MOREIRA, 2009, p. 25).

Endlich (2013), também nos lembra que, em relação às definições dos espaços rural e urbano, o debate estabelecido para definição de cada um deles, possui suas raízes na divisão do trabalho. Segundo a autora, “[...] a contraposição cidade/campo, de acordo com o pensamento marxista, retoma a análise da transição da barbárie para a civilização. A urbanização é o processo que decorre da divisão do trabalho e das distinções de classe.” (ENDLISH, 2013, p. 11)

Neste sentido, é necessário saber que o trabalho, a partir do capitalismo estabeleceu-se de forma alienada. Marx (2013, p. 256) explica que são três os fatores que se interagem durante o processo de transformação do meio, pelo ser humano, em sua forma simples: “em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, o seu objeto e, em terceiro lugar, seus meios”. Assim, por meio do trabalho enquanto atividade criativa humana, o ser humano transforma a natureza em produtos para sua sobrevivência. Acontece que a privatização dos meios de produção interrompe o processo criativo do ser humano, uma vez que o trabalhador, ao vender sua força de trabalho em troca de um salário, torna-se alienado dos meios de produção e, conseqüentemente, daquilo que ele mesmo produz, como fruto da atividade laboral. Isso quer dizer que antes mesmo da sua fabricação, o objeto já pertence aos donos dos meios de produção (MARX, 2013). Ocorre, então, um rompimento drástico na relação do ser humano com a natureza.

Desta forma, quando a humanidade passa a integrar o sistema econômico através da comercialização de sua mão de obra, conforme já dissemos, a organicidade do espaço criado pela relação ser humano/meio, em sua maneira mais simples, dá lugar a um novo arranjo social, a uma nova organização espacial, como nos mostra Moreira (2009, p. 35):

Separado o Homem da natureza, o ritmo do trabalho e o ritmo dos homens passam a ser diferentes, o ritmo do capital unindo-os. Em consequência, Homem e natureza entram em contradição [...] Nascendo das entranhas da dissolução das sociedades naturais, o capital opera a passagem do estado da identidade orgânica para o da contradição, da identificação para o da degradação ambiental, do pertencimento para o da alienação.

Tal análise das relações de trabalho estabelecidas no capitalismo, reflete-se na constituição dos espaços rural e urbano, principalmente, na produção material comercializada. O estranhamento causado pelo distanciamento entre o ser humano e a natureza, que provoca a alienação do trabalho, resulta em consequências graves para a organização espacial da sociedade, na medida em que a falta de contato com o meio ambiente reforça a dicotomia estabelecida sistematicamente sobre os espaços rural e urbano.

Endlich (2013), também nos apresenta critérios que têm sido utilizados para a caracterização do rural e do urbano, tais como: limites oficiais ou delimitação administrativa; a utilização de um patamar demográfico; a densidade demográfica (número de habitantes por quilômetro quadrado) e a ocupação econômica da população. Nesse último caso, o espaço rural seria definido como local onde são realizadas atividades primárias^v e o espaço urbano, em contraposição, por atividades secundárias^{vi} ou terciárias^{vii}. Ao expor esses critérios a autora ressalva que:

Estabelecer o rural e o urbano a partir dos critérios mencionados, de forma descontextualizada, sem analisar a historicidade presente nos fatos e processos, parece estático demais. Ainda que se justifique pela finalidade pragmática, torna-se inadequado para compreender a dinâmica da sociedade. (ENDLICH, 2013, p.19).

Neste sentido, ao se estudar Geografia temos que considerar sempre as teias de relações contraditórias que determinam os processos históricos e sociais que existiram ao longo dos tempos e que influenciaram diretamente a constituição do espaço geográfico. Tal espaço

[...] não pode, simplesmente, ser tomado como sinônimo de espaço terrestre. No espaço geográfico a sociedade constrói nossa História. Há, portanto, relações e atividades humanas desempenhando importante papel na

configuração do espaço. Ele não é, puramente, um espaço físico. (LASTÓRIA; DE SOUSA FERNANDES, 2012, p. 326).

Assim, a Geografia deve ter o compromisso de desenvolver um modo de pensar geográfico que explique o espaço de maneira dialética, a partir das relações sociais e interativas do ser humano com a natureza, em sua produção material e imaterial. Tal espaço se organiza mediante as diversas contradições sociais e econômicas o que permite, inclusive, que ele constantemente se transforme.

Tem-se aí a valorização de uma concepção dialética de espaço, formulada com vistas a totalidade do processo histórico, o que significa - além de tudo que já foi dito até aqui - que o espaço deve ser compreendido como um fenômeno cuja organização é decorrente de processos históricos e sociais e não simplesmente naturais.

O desenho como representação do espaço geográfico: o rural e o urbano na visão dos estudantes

Como nos aponta Saviani (2008, p.46), ao trabalharmos os conteúdos escolares numa perspectiva crítica é possível que se “[...] abra espaço para as forças emergentes da sociedade, para as forças populares, para que a escola se insira no processo mais amplo de construção de uma nova sociedade.”

Assim, vemos que a escola deve ter o compromisso em promover meios para se alcançar as transformações sociais concretas, oferecendo ao estudante o respaldo cultural, que lhes permitam a compreensão da realidade, pois:

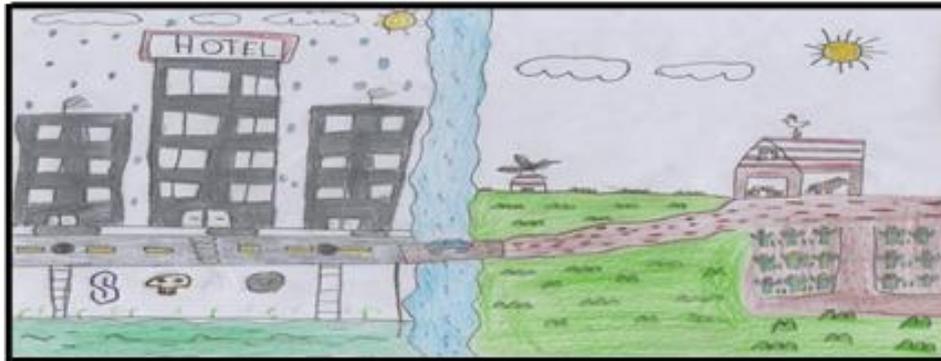
A finalidade de ensinar Geografia para crianças e jovens deve ser justamente a de os ajudar a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço. Trata-se de possibilitar aos alunos a prática de pensar os fatos e acontecimentos enquanto constituídos de múltiplos determinantes; de pensar os fatos e acontecimentos mediante várias explicações. (CAVALCANTI, 1998, p. 24)

Foi pensando justamente no desenvolvimento de um ensino crítico e articulado socialmente que esta pesquisa levou os estudantes a desenvolverem uma reflexão mais profunda das questões que envolvem a situação agrária do Brasil.

Desta forma, os alunos foram orientados a retratar com total liberdade, por meio do desenho, os elementos que consideravam mais importantes, como característicos dos espaços rural e urbano da nossa sociedade (LIMA, 2019). Na confecção dos 62 desenhos,

O desenho na representação do espaço rural e urbano: contribuições para o ensino da Geografia observamos que em 37 deles, as folhas foram divididas ao meio por uma linha, contendo cada um dos lados as características do espaço rural e urbano, respectivamente. Em outros 24 desenhos, a frente e o verso da folha serviram para exprimir um tipo de espaço em cada lado. Apenas 1 dos desenhos apresentou a folha dividida ao meio, mas com uma ligação entre o espaço rural e urbano, por meio de uma ponte, conforme podemos observar na Figura 1, a seguir:

Figura 1. Demonstração de interação entre o espaço rural e urbano



Fonte: Lima (2019, p. 127)

A Figura 1 mostra diferenças marcantes entre o espaço rural e o urbano. Apesar de o desenho apresentar um elemento material – que é uma ponte – a qual liga o meio urbano ao rural, não houve uma mistura entre os elementos nele presentes e sim a necessidade em separar os espaços para serem desenhados. É notável que nos outros 61 desenhos analisados haja a total falta de integração entre o espaço rural e o urbano. Tal fato leva-nos a deduzir que a ausência de contato dos estudantes com atividades do campo, seja direta ou indiretamente, fez com que o rural lhes parecesse algo muito distante. Um local onde tudo ocorre de forma isolada, sem nenhuma interferência no cotidiano urbano pois, “[...] o desenho é a memória visível do acontecido: fotografia mental, emocional e psíquica.” (DERDYK, 2010, p.49).

Tal interpretação nos leva aos conceitos estabelecidos anteriormente a respeito do distanciamento histórico social com a natureza e o rompimento drástico das relações de trabalho impostas pelo desenvolvimento capitalista (ENDLICH, 2013; MOREIRA, 2009). Analisando o desenho podemos verificar ali uma visão que retrata o espaço rural e urbano de forma dicotômica. Tal visão reforça a concepção de Endlich (2013) e Moreira (2009) de que a alienação em torno dos meios de produção e do produto do trabalho humano, provoca um certo distanciamento da humanidade em relação a natureza, fazendo como que

ele não reconheça o meio rural, como um espaço importante onde são desenvolvidas as atividades vitais a sobrevivência humana.

Para Stedile (2005, p. 1), compreender a questão agrária no Brasil, envolve identificar “[...] como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.” Para tanto, é necessário que se busque os fatos na história de colonização e exploração das terras.

A carência e a verdadeira ignorância sobre as questões agrárias em nosso país são frutos dessa submissão colonial, que impediu o desenvolvimento das ideias, das pesquisas e do pensamento nacional durante os 400 anos de colonialismo. (STEDILE, 2005, p.1).

Fernandes (2008) por sua vez, propõe que a questão agrária deve ser entendida pelo conceito de conflitualidade. Para ele o termo é alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O conflito pela terra também é uma disputa por território, pois “[...] o conflito e o desenvolvimento são processos inerentes da contradição do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente”. Ainda segundo o autor, a conflitualidade “[...] é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização e desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato” (FERNANDES, 2008, p. 5).

No que tange a ideia de territorialização apontada por Fernandes (2008), Lefebvre (1991) entende que o território é um espaço que deve ser compreendido como a materialização da própria existência humana. Isso se deve ao fato de as relações de poder estabelecidas sobre o espaço estarem ligadas a dominação e apropriação do(s) território(s).

Nesse mesmo sentido é importante destacarmos também a grande contribuição de Haesbaert (2004, p.1). Ele nos aponta que

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Desta maneira, não podemos compreender os fatores que definem a ocupação dos espaços rural e urbano de maneira isolada. Ao longo do desenvolvimento da humanidade, a

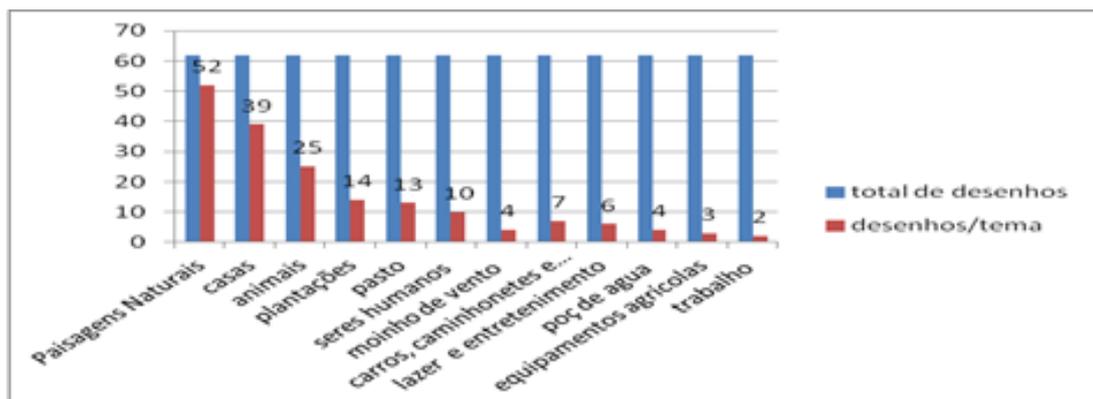
O desenho na representação do espaço rural e urbano: contribuições para o ensino da Geografia constituição do espaço geográfico (global) influenciou o desenvolvimento de diversos territórios, sobre os quais se estabeleceram relações de vivência, criando e recriando sentimentos de pertencimento. (HAESBAERT, 2004).

Acompanhando esse pensamento, nos parece fundamental a reflexão sobre as relações de poder estabelecidas sobre a constituição dos arranjos territoriais. A lógica do capital apresenta a propriedade da terra apenas pelo seu viés financeiro e mercadológico. Assim, compreender o território(s), a partir de uma visão de ocupação e desenvolvimento histórico e cultural, é entender a terra como múltipla, diversa e complexa, ao contrário da visão “[...] ’unifuncional’, proposto pela lógica capitalista hegemônica.” (HAESBAERT, 2004, p.2).

Além da desarticulação sobre os espaços rural e urbano que observamos nos desenhos dos estudantes, realizamos a interpretação dos elementos utilizados para representar tais espaços. Em 62 desenhos analisados, identificamos vários elementos utilizados em cada desenho. Isso serviu para detectarmos nas “aparências” dos elementos, a “essência” que se ocultava (BAGLI, 2013). Por esse motivo, os números apresentados nos gráficos ultrapassaram a quantidade dos 62 desenhos, pois se referem aos elementos presentes em cada desenho.

Nas representações do espaço rural, identificamos a presença de 12 elementos, conforme sintetizados no gráfico que está demonstrado na Figura 2:

Figura 2. Elementos presentes nos desenhos do espaço rural



Fonte: Lima (2019)

De acordo com o que podemos observar na Figura 2, os dados apresentados demonstram que 52 desenhos consideram às paisagens naturais como característica do meio rural. Outros 39 deles apontam as casas, 25 os animais, 14 as plantações, 13 o pasto, 4 o

moinho de vento, 4 o poço de água e 3 mostram equipamentos agrícolas como elemento característico também marcante no meio rural. Para 7 desenhos, veículo automotor como carro, caminhonetes e caminhões também é elemento característico do meio rural. Foram 10 o número de desenhos que consideraram os seres humanos como integrantes do campo e mais 2 que procuraram transmitir em seus desenhos a ideia de pessoas trabalhando. Outros 6 desenhos destacaram o lazer e o entretenimento como atividades também características do meio rural. De acordo com os dados apresentados, o destaque dado às paisagens naturais como casas e animais, caracteriza-se notadamente, como uma visão bucólica do campo.

Certamente, essa manifestação expressa e retratada na maioria dos desenhos é decorrente de uma interpretação distorcida que os estudantes fazem acerca da realidade do meio rural. Para a maioria deles o campo é visto como um local de tranquilidade e de contato com a natureza, em contraste com a confusão e a agitação da vida na cidade, conforme nos alerta (BAGLI, 2013). Como exemplo, vejamos o que está representado na Figura 3:

Figura 3. Expressão do rural, visão bucólica da paisagem



Fonte: Lima (2019, p. 131)

A Figura 3 revela uma concepção de proximidade, entre o meio rural e a natureza. Os tons de verde (grama) remetendo a vegetação, a criação de animais, o brinquedo de balanço em frente à casa, evidencia a perspectiva romântica da relação ser humano/natureza, dando a ideia de uma profunda harmonia e ingenuidade no espaço rural. Bagli (2013, p.103) destaca que tais elementos evidenciados, representa a natureza em seu estado pouco transformado, ressaltando o encantamento pela “[...] relação simbiótica entre Homem e meio”, escondendo sob a aparente harmonia suas problemáticas e

O desenho na representação do espaço rural e urbano: contribuições para o ensino da Geografia

contradições. A baixa representação de elementos como os seres humanos (10), equipamentos agrícolas (3) e o trabalho (2), que são apresentados no gráfico da Figura 2, revelam a pouca percepção dos estudantes acerca da concepção da funcionalidade social da terra. Com toda certeza, podemos dizer que os estudantes desconhecem as atividades de produção no campo. A ela vincula-se a disponibilidade dos produtos alimentícios que são consumidos pela população urbana (STÉDILI, 2005). Como moradores da cidade, tal disponibilidade só é reconhecida no comércio praticado nos supermercados e feiras, quando o contato entre o urbano e o rural se estabelece de forma materializada e visível apenas na relação comercial, excluindo-se desse processo as informações relativas às relações de produtividade que fizeram com que o alimento pudesse ser comercializado.

Evidentemente, a análise da Figura 3, mostra que os alunos não têm a compreensão de que a disputa por território e o aumento do interesse do capital pela propriedade da terra, traz para as relações do campo o conflito entre aqueles que necessitam da terra para o trabalho e o capital industrial, que lucra explorando a terra e a mão de obra do trabalhador do campo, conforme salienta Endlich (2013) e Fernandes (2008).

A disputa pela terra e o aumento do interesse do capital por ela trouxe para as relações do campo o conflito. De um lado estão os trabalhadores rurais que necessitam da terra para sobreviver e do outro o grande capital industrial que visa tão somente a exploração da terra e da mão de obra do trabalhador do campo. A terra então passa a ter um valor econômico que se distingue de acordo com os interesses de quem a detém.

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. [...] Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. (MARTINS, 1991, p. 54-55)

A privatização da terra expropria o trabalhador do campo, rompe com o elo entre o ser humano e a natureza, alienando-o e deixando-o em condições muitas vezes sub-humanas. Logo, as contradições culminam no conflito e este refletirá na reorganização social de ambas as partes que se interessam na disputa do território. É a partir do reconhecimento do todo existente na ideia da conflitualidade conforme apontado por Fernandes (2008), que podemos buscar a superação através da articulação e organização coletiva de uma classe. Neste sentido, “[...] a luta pela terra e por uma reforma agrária popular deve impulsionar a industrialização no interior do país, porque as bases da divisão

campo e cidade não são outras senão as relações sociais entre capital e trabalho.” (SANTOS, 2016, p. 116)

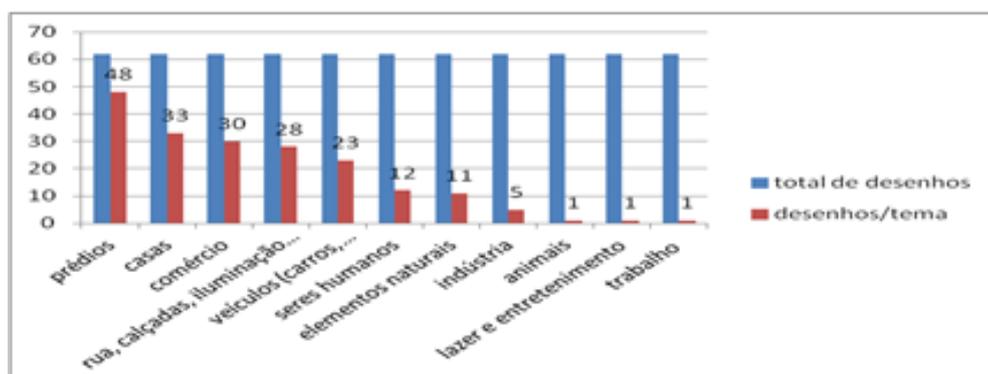
Dessa maneira, o Estado não pode se eximir do processo de reforma agrária. Ele tem que auxiliar a permanência do Homem à terra, disponibilizando mecanismos que garantam o a atividade do trabalhador rural em seu território.

Facó (1980, p.56) chama a atenção para o que talvez seja o cerne desse pensamento. Para ele “[...] a terra deve ter uma função eminentemente social”. É interessante ao trabalhador rural que a terra produza, mas, a maioria deles não dispõe de recurso para uma agricultura de mercado.

Ao Estado cabe, então, a concessão do crédito barato, facilitar o acesso às máquinas, garantir ao pequeno produtor subsídios para a aquisição de adubos e sementes, além de garantir o escoamento da produção etc., a fim de auxiliar, mesmo que inicialmente, a permanência do trabalhador rural na terra.

Seguindo o método aplicado para analisar as representações do espaço rural, observamos o que os estudantes apresentaram sobre o espaço urbano. Vejamos o que mostra o gráfico que consta na Figura 4:

Figura 4. Elementos presentes nos desenhos do espaço urbano



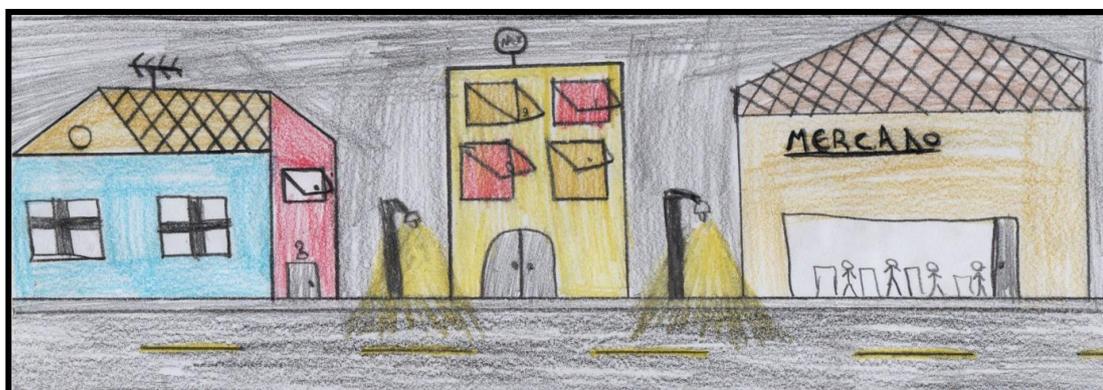
Fonte: Lima (2019)

Na Figura 4, em 48 desenhos os prédios destacam-se como a principal característica da cidade. As casas estão destacadas em 33 desenhos e o comércio em 30 deles. As ruas iluminadas e as calçadas surgem como traços característicos da cidade em 28 desenhos. Os carros aparecem em 23 e os seres humanos em 12 desenhos. Diferentemente do que os estudantes apresentaram nos desenhos relativos ao espaço rural, em relação ao espaço urbano, os elementos naturais só aparecem em 11 deles. Em 5 desenhos a indústria é

O desenho na representação do espaço rural e urbano: contribuições para o ensino da Geografia apontada como característica do meio urbano. Já os animais, o lazer, o entretenimento, bem como o trabalho, são elementos considerados pelos estudantes como característicos do espaço urbano e só aparecem 1 vez.

Por meio desses dados, podemos notar a predominância de uma concepção urbanocêntrica que domina a visão dos alunos. Os desenhos revelam uma intensa familiaridade dos estudantes com elementos característicos da cidade, como prédios, casas, comércio, ruas asfaltadas e veículos. Como uma paisagem quase que comum a todos, os prédios desenhados não representam a realidade de moradia, nem demonstram uma proximidade com a vida cotidiana dos estudantes, conforme é possível se notar na Figura 5.

Figura 5. Representação do espaço urbano



Fonte: Lima (2019, p. 133)

O gráfico da Figura 4 e o desenho da Figura 5 confirmam a ideia de que

A paisagem urbana se caracteriza por aquilo que sobre o solo está construído. Nela, há uma multiplicidade de formas: edifícios (com poucos ou muitos andares, grandes ou pequenos), casas, sobrados, prédios comerciais e públicos, ruas [...] cada paisagem urbana é construída de maneira singular, porém sem estar desprendida de uma lógica universal que a conduz. (BAGLI, 2013, p. 102, grifo nosso)

A lógica presente na paisagem urbana pode ser evidenciada nos desenhos dos estudantes. Eles demonstraram ter com ela maior contato, pois lhes faltava repertório para conseguirem retratar o espaço rural de maneira mais realista. Os elementos naturais, como plantas e animais, tiveram pouca aparição. Isso demonstra a percepção dos estudantes em relação ao urbano, como sendo um espaço de maior transformação da natureza e onde toda a vida econômica se concretiza. Nele, os elementos naturais aparecem de forma pontual, encaixando-se entre as construções e edificações humanas. Nas ilustrações do espaço urbano, parece haver certa percepção dos estudantes em relação ao

desenvolvimento da infraestrutura existente nas cidades, como a iluminação artificial (poste), por exemplo. Ela só é observada como um elemento presente nos desenhos que ilustram o espaço urbano. Em contrapartida, as cores utilizadas para colorir os prédios, as casas e os comércios do espaço urbano, em geral, apresentaram cores acinzentadas e pastéis, o que as tornam muito menos chamativas e “alegres”, do que o verde da grama, ou o azul do céu do espaço rural (BAGLI, 2013).

É importante destacarmos também que, historicamente, enquanto as sociedades se organizavam espacialmente em modelos sociais pré-capitalistas, a relação do ser humano com a natureza dava-se de maneira imediata. Decorrente desse processo, o ser humano aprendeu que seu objeto de trabalho deveria ser extraído da natureza para ser transformado em algo útil para sua vida. (ENDLICH, 2013; MOREIRA, 2009)

Dessa maneira, o ser humano deixa de reconhecer-se como parte da natureza e passa a agir de maneira predatória sobre os recursos naturais, em prol do desenvolvimento capitalista. Moreira (2009, p. 38) ainda aponta que “[...] já apropriado pelo capital que o trabalhador ver-se-á reencontrado no capitalismo com a natureza, mas como estranhos que reciprocamente não se reconhecem.” Esse estranhamento imposto pelo capitalismo gerou profundas transformações na relação do ser humano com ele mesmo, com seu próximo e, principalmente, com a natureza.

Desde o seu surgimento até os dias atuais, o capitalismo tomou proporções mundiais, determinando as relações econômicas da maioria dos países do planeta. Sob a influência do capital, os espaços foram se remodelando, as sociedades desenvolveram seus valores e a fatídica contradição social classista.

Portanto, cabe a Geografia e, principalmente, a quem couber ensiná-la, superar essa visão, demonstrando que o espaço deve ser entendido como um todo, sem a presença de concepções que insistem em mostrá-lo de forma dicotômica, como no caso dos espaços rural e urbano, visão esta normalmente, muito presente no universo do senso comum.

Considerações Finais

A Geografia possui o compromisso de proporcionar subsídios teóricos e conceituais que o permitam a compreensão da questão agrária brasileira a partir da análise dialética,

O desenho na representação do espaço rural e urbano: contribuições para o ensino da Geografia possibilitando reflexões sobre a formação socioespacial do território brasileiro, a partir da totalidade dos processos históricos e sociais.

Evidentemente que quando o tema curricular foi levado para a sala de aula, as ideias pré-formadas dos estudantes emergiram e, neste caso, o desenho se tornou a forma como eles expressaram suas concepções.

A análise dos desenhos, proposta neste trabalho como atividade metodológica, mostrou-se bastante significativa para uma avaliação diagnóstica. Os desenhos revelaram que os alunos possuem uma visão urbanocêntrica do espaço. Além disso, os meios rural e urbano são retratados nos desenhos de forma dicotômica, demonstrando que os estudantes desconhecem as formas de interação intrínsecas que determinam as relações entre esses dois espaços. A visão dos alunos também demonstra que eles não reconhecem os processos históricos e sociais que permitem perceber a importância e funcionalidade social da terra.

Mesmo a proposta tendo sido apresentada com dados de uma realidade específica e local, esperamos inspirar outros professores, a fim de que busquem em suas ações pedagógicas transformações e superações, através de didáticas e conteúdos socialmente relevantes na busca pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desta maneira, cabe a Geografia Escolar desenvolver um modo de pensar geográfico que abranja a compreensão do espaço, a partir das interações presentes entre o ser humano e a natureza e tudo aquilo que está presente nas determinações históricas e sociais das relações sociais, revelando as contradições que emergem dessas relações de disputa, principalmente no âmbito do capitalismo.

A Geografia escolar deve trabalhar conteúdos sobre agrária que envolva o uso social da terra e as disputas estabelecidas sobre ela, transmitindo em seus conteúdos a realidade histórica e dialética da formação territorial do Brasil, de maneira crítica, promovendo a superação da dualidade presente no senso comum que caracteriza espaços rurais e urbanos de maneira dicotômica.

Referências

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKHER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 3. ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 16 ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

DERDYK, E. **Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2010.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKHER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

FACÓ, R. Notas sobre o problema agrário. In: MARIGHELA, C. et al. **A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

LASTÓRIA, A. C.; FERNANDES, S. A. de S. Geografia e a linguagem cartográfica: de nada adianta saber ler um mapa se não se sabe aonde quer chegar. **Ensino em Re-Vista**, v. 19, n. 02, p. 323-334, jul./dez., 2012. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/14939>. Acesso em: 06 fev. 2021.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

LIMA, B. S. A. de. **O espaço agrário brasileiro no currículo de Geografia: discutindo o valor social terra**. (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”). 2019, 174 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru-SP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181570>. Acesso em: 06 fev. 2021.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência** (a questão política no campo). 3ª. ed. São Paulo: editora Hucitec, 1991.

MARX, K. **A ideologia alemã: 1º capítulo seguido das Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, K. **O capital: críticas da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIRANDA, S. L. **O lugar do desenho e o desenho do lugar no ensino de Geografia: contribuição para uma Geografia escolar crítica** (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”). 2005, 158f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2005.

MOREIRA, R. **O que é Geografia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

OLIVEIRA, A. U. de. Educação e ensino de Geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. de et al. **Para onde vai o ensino de Geografia?** Crise da Geografia, da escola e da sociedade – Os novos rumos do ensino de Geografia – A realidade, a Educação e a Geografia em discussão. São Paulo: Contexto, 1994.

PAGANELLI, T. I. **Paisagem, uma decifração do espaço-tempo social:** as representações da paisagem da cidade do Rio de Janeiro (Universidade de São Paulo).1998, 172f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós- graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SANTOS, C. F. dos. Formação humana e práticas educativas escolares no campo: reflexões à luz da Pedagogia Histórico-Crítica. In: BASSO, J. D.; BEZERRA NETO, J. L. dos S.; BEZERRA, M. C. dos S. (Orgs). **Pedagogia Histórico-Crítica e Educação no campo:** história, desafios e perspectivas atuais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo:** Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SÃO PAULO. **Currículo do Estado de São Paulo:** ciências humanas e suas tecnologias. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** Edição comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea)

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

STEDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil.** O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005. v.1. p. 15-31. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livro/quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-no-brasil-vol-1-o-debate-tradicional-1500-1960>. Acesso em: 27 set. 2018.

Notas

ⁱ Este texto constituiu-se como parte dos estudos que constam na dissertação de mestrado, apresentada ao programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica, Faculdade de Ciências, no ano de 2019.

ⁱⁱ A dialética nos possibilita a visão de totalidade, ao conceber a superação da realidade num processo incessante de negação, conservação e síntese. Por meio dela é possível compreender as teias de relações que determinam as contradições inerentes ao processo histórico de constituição das sociedades. (MARX, 2013)

ⁱⁱⁱ O método de análise de desenho proposto neste trabalho foi inserido durante a Prática Social Inicial, a qual se constitui em uma das etapas iniciais da Pedagogia Histórico Crítica (SAVIANI, 2013), que foi desenvolvida durante as aulas de geografia.

^{iv} A práxis consiste num processo constante de transformação e síntese resultante da ação humana baseada na relação entre teoria e prática. (MARX, 1984)

^v Atividades relacionadas à produção e extração de matéria-prima. (ENDLICH, 2013)

^{vi} Atividades relacionadas à indústria. (ENDLICH, 2013)

^{vii} Atividades relacionadas ao comércio de bens e serviços. (ENDLICH, 2013)

Sobre os autores

Barbara Silva Alves de Lima

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro. Mestra em Ensino pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Bauru. Graduada em Geografia pela Universidade do Sagrado Coração – USC/Bauru. Graduada em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE/Bauru. Especialista em "Práticas de ensino em Geografia - área Educação", pela Faculdade Campos Elíseos – FCE/Bauru. Docente da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, função Professora de Geografia, PEB II (2014/atual). Docente da Secretaria Municipal de Educação de Bauru, função Professora Adjunta de Geografia (2016/atual).

E-mail: barbaralima.profgeo@gmail.com. Orcid: 0000-0003-3680-4169

Vitor Machado

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCLAR e graduado em Ciências Sociais pela mesma Universidade. Atualmente é Docente Assistente Doutor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica, da Faculdade de Ciências – UNESP/Bauru e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara.

E-mail: vitor@fc.unesp.br. Orcid: 0000-0003-3082-4310

Recebido em: 28/01/2021

Aceito para publicação em: 02/02/2021